



**AFRICA CENTER  
FOR STRATEGIC STUDIES**

# **DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL**

## **Estudo de Caso do Senegal**

### **Documento de Trabalho (Anteprojeto)**

**Dr. Émile Ouédraogo**

## **Introdução**

O Senegal é considerado um modelo de democracia e de estabilidade política em África. Desde sua independência, o Senegal nunca sofreu um golpe de estado bem-sucedido. Ademais, apesar de a cultura democrática senegalesa ter sido testada repetidas vezes por manifestações sociopolíticas, os militares sempre se abstiveram de desafiar a ordem constitucional. Como resultado, a cultura democrática do Senegal fortaleceu-se ao longo dos anos.

Conflitos de baixa intensidade, no entanto, ainda persistem no sul. Num dos mais longos conflitos civis em África, o “Movimento das Forças Democráticas de Casamança” (MFDC) busca uma Casamança independente desde 1982. Esse conflito tem fortes laços nos países vizinhos de Guiné-Bissau e Gâmbia, ambos os quais compartilham com Casamança o mesmo grupo étnico dos Diola, um legado do Reino de Gabu. Rebeldes senegaleses e elementos da elite militar e política da Guiné-Bissau lutaram lado a lado e um contra o outro durante conflitos passados. As relações entre o Senegal e esses dois países são, em grande medida, determinadas pelo confronto com os secessionistas.<sup>1</sup> Em abril de 2014, o governo do Senegal, sob os auspícios do presidente Macky Sall, assinou um acordo de paz com os líderes do MFDC. Desde então, as conversações de paz estão em andamento.

O Senegal ainda está em fase de desenvolvimento de uma estratégia de segurança nacional abrangente para proteger seus interesses de segurança nacional. Ainda assim, o país conseguiu implementar estratégias eficazes para enfrentar os desafios e as ameaças que poderiam surgir. Este estudo investigará as políticas de segurança existentes, examinando as estruturas das políticas jurídicas e de segurança, a arquitetura de segurança nacional, e os mecanismos de monitorização e fiscalização, e identificando os desafios para a segurança nacional no Senegal.

### **1. Estruturas de políticas de segurança**

A política de defesa: Diferentemente da Nigéria ou da Libéria, o Senegal ainda não formalizou sua política de segurança nacional num Livro Branco. Porém, desde 2001, tem adotado uma abordagem ampla com respeito à defesa nacional que inclui o conceito de segurança nacional. Uma política de defesa não acessível ao público é definida por meio de várias instituições que participam no desenvolvimento e implementação da segurança nacional.<sup>2</sup>

Política de segurança interna: A Estratégia de Segurança Interna de 2015 foi desenvolvida pelo Ministério do Interior e Segurança Pública. Seu principal objetivo era aumentar e aprimorar a capacidade das forças de segurança com relação à antecipação, prevenção, ação e resposta a ameaças e desafios de segurança enfrentados pelo país. Para esse fim, a missão e a organização do ministério foram analisadas, redefinidas e anexadas por um orçamento abrangente e realista para 2016. Vale acrescentar que foi dada atenção especial à proteção civil. Esse departamento ainda sofre com a falta de recursos humanos e de

---

<sup>1</sup> David O’ Regan e Peter Thompson, Promover a estabilidade e a reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do primeiro narco-estado de África.

<sup>2</sup> Col Meissa Niang, Implementação e manutenção de uma política de segurança nacional: A experiência do Senegal, *Workshop* do ACSS e do DCAF (sigla em inglês para Centro de Genebra para o Controle Democrático das Forças Armadas), na Guiné, 2011.

equipamentos adequados.<sup>3</sup>

## **2. A arquitetura de segurança nacional do Senegal**

As instituições que ajudam a definir e implementar a política de segurança nacional no Senegal são o Conselho Superior de Defesa Nacional e o Conselho de Segurança Nacional. Os dois também desempenham um papel fundamental no processo de fiscalização e monitorização.

Conselho Superior de Defesa Nacional: Esta instituição foi criada pela lei n.º 70-23, de junho de 1970, e implementada pelos decretos n.º 96-177, de fevereiro de 1996, e n.º 2001-753, de outubro de 2001. Essas legislações examinam questões relativas à defesa nacional e emitem todas as opiniões e recomendações relacionadas à defesa nacional envolvendo o seguinte:

- a preparação, utilização e proteção dos recursos nacionais, com vista a garantir a defesa nacional;
- a gestão geral e militar da defesa nacional, e as condições para o emprego das forças armadas em tempos de paz e de guerra, e durante operações de manutenção da paz; e
- o recrutamento, consolidação, organização e distribuição de recursos para as forças armadas.<sup>4</sup>

O Presidente lidera o Conselho, o qual conta com vários membros permanentes, incluindo o Primeiro-Ministro, o Chefe de Gabinete da Presidência da República, o Ministro das Forças Armadas, o Ministro da Economia e Finanças, o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro do Interior, o Ministro da Justiça, o Ministro das Minas, Energia e Recursos Hídricos, o Ministro dos Equipamentos e Transportes, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o Alto Comandante da Gendarmaria, o Chefe de Gabinete do Presidente da República, o Inspetor-Geral das Forças Armadas, o Secretário-Geral do Governo e qualquer membro do governo convidado a sentar-se à mesa do Conselho.

Conselho de Segurança Nacional: Este conselho reúne-se uma vez por semana, presidido pelo Presidente da República. Tem um número maior de membros do que o Conselho Superior de Defesa Nacional, pois conta com a representação de todas as agências envolvidas na defesa militar, económica e civil.

Centro de Orientação Estratégica: Esta entidade tem a missão de centralizar todas as informações das diferentes agências do governo e coordenar vários serviços de inteligência. O Presidente da República exerce autoridade direta sobre esse órgão.<sup>5</sup>

Coordenação de Segurança Nacional: Nenhum documento oficial designa uma instituição de coordenação de segurança nacional. Isso sugere que o Conselho de Segurança Nacional desempenha essa função.

---

<sup>3</sup> Ministère de l'intérieur et de la Sécurité Publique du Sénégal, La Politique de sécurité Intérieure, Anticipation et Réduction des Risques, 2015.

<sup>4</sup> Col Meissa Niang, Op Cit

<sup>5</sup> Ibid

### **3. Mecanismos de monitorização e fiscalização**

Parlamento: O Comitê de Defesa e Segurança do Parlamento do Senegal desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e na implementação das políticas de defesa e segurança do país. O Comitê é responsável por determinar os princípios fundamentais da política de defesa nacional; examinar o orçamento dos Ministérios da Defesa e do Interior; e examinar/avaliar as estruturas legislativas que determinam os objetivos de defesa e segurança. A Comissão de Assuntos Externos examina os tratados internacionais relacionados a questões de defesa e segurança. A Comissão de Legislação tem jurisdição sobre questões de direitos humanos, especialmente no que diz respeito a violações cometidas pelas forças de segurança.<sup>6</sup>

A fiscalização cidadã é realizada por meio da sociedade civil e de outras organizações não-governamentais.

### **4. Desafios e perspectivas**

Principais desafios: A política de segurança do Senegal enfrenta uma série de desafios, incluindo a falta de um documento, por escrito, contendo uma política ou estratégia de segurança nacional. Essa situação está afetando a eficácia do mecanismo de monitorização e avaliação, da coordenação entre os serviços de segurança, da gestão dos recursos orçamentais e humanos, e do planeamento e programação em longo prazo.<sup>7</sup> É igualmente importante mencionar que existe uma versão inicial de uma estratégia de segurança nacional intitulada “Perspetivas de uma estratégia de segurança nacional para o Senegal”, a qual pode ser desenvolvida e implementada em breve.

Perspetivas de uma política de segurança nacional para o Senegal: Este é um documento não oficial apresentado pelos participantes senegaleses durante uma conferência realizada na cidade de Rabat (Marrocos), em novembro de 2010, e organizada pelo Centre d’Etudes en Droits Humains et Démocratie (CEDHD Maroc – Centro de Estudos sobre Direitos Humanos e Democracia) em conjunto com o Centro de Genebra para o Controlo Democrático das Forças Armadas (DCAF, Geneva, na sigla em inglês). Deve-se observar que esses participantes senegaleses são, portanto, responsáveis pelo conteúdo do documento, segundo o qual o principal objetivo da Segurança Nacional do Senegal será defender a integridade territorial do país, a segurança da população, e a continuidade e sustentabilidade das instituições. Isso deve ser feito por meio de um processo inclusivo e participativo de todos os componentes da sociedade senegalesa. O documento identificou os interesses nacionais do Senegal e as ameaças internas e externas, e simétricas e assimétricas que o país enfrenta. O documento também sugeriu a implementação de catorze (14) estratégias setoriais e vinte e três (23) instrumentos de implementação para a proteção dos interesses nacionais do Senegal.<sup>8</sup> Mesmo o documento não sendo oficial, ele tem o mérito de preparar o caminho para um futuro documento de estratégia de segurança nacional.

---

<sup>6</sup> Mamadou B Ndiaye, Papel do poder legislativo no desenvolvimento e implementação de uma política de segurança nacional, *Workshop* do ACSS e do DCAF (Centro de Genebra para o Controlo Democrático das Forças Armadas), na Guiné, 2011.

<sup>7</sup> Col Meissa Niang, Op, Citado acima.

<sup>8</sup> Perspectives de Politique de Sécurité nationale pour le Sénégal, 2010.

## **Conclusão**

Não obstante a volatilidade em curso na região sul, o Senegal é um país estável com instituições democráticas funcionais. O Senegal tem sido capaz de enfrentar grandes desafios de segurança num contexto regional marcado pelo extremismo violento e pelo terrorismo, sem contar com uma estratégia de segurança nacional formal, por escrito. Uma estratégia de segurança nacional irá reforçar a capacidade do país para defender seus interesses nacionais por meio de uma abordagem abrangente, coerente e centrada no ser humano, envolvendo todos os componentes da nação.